

Reitor abre negociação sobre portarias, mas frustra expectativa dos servidores

A esperança que havia entre os servidores, de que o reitor revise sua postura e revogasse as Portarias 540 e 541/05, que desrespeitam abertamente o Esunesp, foi frustrada quando da primeira negociação da pauta específica em 2006, ocorrida no dia 21/02.

Mesmo diante da insistência dos diretores do Sindicato, para que avançasse nas negociações, o reitor Marcos Macari preferiu endurecer e revogar apenas dois itens das portarias. Um refere-se ao benefício do vale transporte e outro diz respeito ao vale alimentação.

Sobre o vale transporte, ficou acordado na reunião com o reitor que será concedido também aos servidores que utilizam veículo próprio para dirigir-se ao trabalho, ou seja o, item III do artigo 9º, da Portaria 540/05, deverá ser revogado.

Sobre o vale alimentação, ficou acordado que este benefício será concedido no caso de afastamento para licença maternidade.

Os demais itens, considerados de efetivo exercício, tais como abono de faltas, licença prêmio, licença médica, férias, acidente de trabalho etc, foram rejeitados pelo reitor, apesar da forte insistência do Sindicato.

Sobre a reivindicação dos servidores que fazem a jornada de trabalho de 12/36 horas e que, portanto, acabam tendo prejuízo no recebimento do vale alimentação, o reitor não

quis tratar do assunto, alegando ser específico de cada unidade.

Mais uma vez, foi dito pela administração que o teor das portarias é fruto das reivindicações dos diretores de Unidades.

Apesar de haver sido agendada nova negociação com o pró-reitor de Administração, professor Júlio César Durigan, para o dia 7 de março, a avaliação do Sindicato é que a história se repete. A reitoria, como nas campanhas salariais, aposta, novamente, na desorganização da categoria.

Fica claro que, sem mobilização e lutas, esse quadro não se reverterá.

Ação na justiça

A Assessoria Jurídica do Sintunesp ingressou com uma ação na justiça contra as portarias. A justiça negou o pedido de liminar solicitado pelo Sindicato, mas isso não significa que a ação tenha sido derrotada, pois o seu mérito ainda será julgado.

A luta continua. Congregações de Bauru (FC) e Araçatuba aprovam apoio

Em paralelo à ação na justiça, o

Sintunesp também organizou os servidores para algumas iniciativas políticas e administrativas, como ocorreu em várias unidades (caso de Botucatu, Presidente Prudente, Bauru, Assis, Marília, Araçatuba e outras), que se reuniram e encaminharam reivindicações aos diretores locais, solicitando a intermediação junto à Reitoria pelo atendimento das nossas reivindicações, bem como a revisão das referidas portarias.

Em Bauru (FC) e Araçatuba, o documento dos servidores recebeu moção de apoio das Congregações locais. Em Bauru, a moção vem assinada pelo presidente da Congregação, Prof. Dr. Henrique Luiz Monteiro, e diz o seguinte: "A douta Congregação da Faculdade de Ciências, em sua 120ª Reunião Ordinária, realizada nesta data (23/2), manifesta apoio à solicitação dos servidores da Unesp, no sentido de que sejam revistas as Portarias Unesp 540 e 541/2005."

A assembléia dos companheiros de Botucatu, realizada em 23/2, aprovou uma moção pedindo a revogação das portarias, a ser encaminhada ao pró-reitor de Administração, professor Durigan, durante a reunião marcada para 7/3.

O Sintunesp considera importante que o exemplo dos companheiros destas unidades seja seguido nas demais, pois a luta pela revogação das portarias continua!

Representantes leram carta aberta no CADE

No dia 15 de fevereiro, os representantes dos servidores no Conselho de Administração e Desenvolvimento da Unesp (CADE), pertencentes ao Chapão, leram uma carta aberta aos membros daquele órgão. O documento denunciava os prejuízos causados pelas portarias e pedia um posicionamento a favor dos funcionários. Num dos trechos, o texto dizia: "Com a aplicação das portarias, criou-se um clima policialesco e de terrorismo junto aos trabalhadores da Unesp."

Como produto da ação dos representantes, o pró-reitor de Administração, professor Júlio César Durigan, fez uma fala na reunião do CO, no dia seguinte, dizendo-se favorável à revogação do Inciso III do artigo 9º, da portaria 540/2005, que proibia a concessão do vale transporte para os servidores que dispõem de veículo próprio.

Além dos prejuízos causados pelas portarias, o vale alimentação está sendo pago com bastante atraso

CO adia deliberação sobre novas encampações. Sintunesp e Adunesp defendem a garantia de recursos

A reunião do Conselho Universitário do dia 17/2 tinha como pauta a avaliação do relatório da comissão criada para estudar o processo de inserção das Faculdades de Medicina: Famema (Marília) e Famerp (Rio Preto) à Unesp. Estavam presentes os diretores destas faculdades, bem como o secretário-adjunto da Secretaria de Ciência e Tecnologia.

O CO decidiu que não vai deliberar sobre o assunto agora, remetendo a discussão para uma nova reunião (extraordinária), já marcada para 23 de março.

Na reunião do dia 17/2, os representantes do Sintunesp e da Adunesp argumentaram que é inaceitável discutir tais encampações sem quaisquer garantias de que haverá financiamento por parte do governo. Também disseram que é contraditório o governo vetar um pequeno reajuste de verbas para as universidades públicas (como fez na LDO do ano passado) e, ao mesmo tempo, querer impor goela abaixo a encampação de novas unidades, sem previsão de recursos. A reivindicação das entidades é que o assunto seja ampla e democraticamente discutido na



Reunião prévia ao CO, no dia 15/2, entre Chapão e Sintunesp

comunidade acadêmica, aí incluídas as congregações. Além disso, Sintunesp e Adunesp defendem que as incorporações só sejam aceitas se houver a contrapartida de recursos por parte do governo estadual.

Congregação de Araçatuba enfatiza necessidade de verbas

A Congregação de Araçatuba reuniu-se no dia 6/3/2006 para analisar os estudos apresentados sobre a encampação das faculdades de medicina Famema e Famerp pela Unesp. O companheiro Orandi Dias Vieira, membro da Congregação, relata que, em linhas gerais, o entendimento unânime é de que não existem garantias quanto ao efetivo financiamento de tal encampação. Além disso, avaliam que a Unesp já ampliou vagas com a criação de novos cursos e das Unidades Diferenciadas, sendo preciso consolidar a expansão existente. Ou seja, a Universidade deve equacionar os problemas de toda ordem decorrentes de tal expansão, de modo a garantir a qualidade do ensino, pesquisa e extensão na instituição. Antes disso, concluíram os membros da Congregação de Araçatuba, é inoportuno discutir a encampação daquelas faculdades de medicina.